



A Tragédia no Rio de Janeiro na Revista Veja: os Mitos e a Complexidade sócio-ambiental¹

Roberto Ramos²

Liége Zamberlan³

RESUMO

O temporal, que caiu no Rio de Janeiro, na madrugada de 06 de abril de 2010, foi trágico. O obscuro das mortes e das destruições foi capaz de colocar sob os holofotes a realidade social brasileira. A Revista Veja procurou representar esse contexto por meio de seus discursos jornalísticos. Para compreendê-los e explicá-los, utilizaremos a Semiologia, de Roland Barthes e o Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Tragédia; Educação sócio-ambiental; Mito.

¹ Artigo elaborado para o X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação – DT 1 – Jornalismo – GP Jornalismo Impresso.

² Docente da PUCRS, atuando na Graduação e na Pós-Graduação da FAMECOS. Obras publicadas: “Futebol: Ideologia do Poder”. “Grã-finos na Globo”, “Manipulação & Controle da Opinião Pública”, “Mídia, Textos e Contextos” (org.), “A Máquina Capitalista”, “A Ideologia da Escolinha do Professor Raimundo” e “O Âncora e o Neoliberalismo: a Privatização de Sentido”. E-mail: rr@puers.br

³ Jornalista, doutora em Comunicação Social pela PUCRS, docente da Faccat (Faculdades de Taquara), atuando na graduação de Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. E-mail: liegezm@uol.com.br



A tragédia carioca parece ser marcada e demarcada por duas Organizações. São o Estado, em suas responsabilidades e em suas irresponsabilidades sociais, e a Mídia, com a tarefa de representar os fatos jornalísticos. Ambas estão, intimamente, associadas à Tragédia, ocorrida no Rio de Janeiro.

O presente ensaio, em suas possibilidades e em suas impossibilidades, procurará refletir sobre os discursos da Revista Veja. Disponibilizará, para tanto, da Semiologia, de Barthes e do Paradigma da Complexidade, de Morin. Contemplará a discursiva, considerando a importância da produção de sentido, em nível verbal.

Os Significantes de Veja

Em 11 de setembro de 1968, a Revista Veja fazia chegar, às ruas do país, a sua primeira edição. De lá para cá, muita coisa mudou no Brasil e no mundo. A revista, contudo, mantém a sua liderança no mercado impresso nacional, com um conceito editorial muito específico.

A revista, no Brasil, é um meio tardio. Parece reproduzir o atraso do capitalismo brasileiro. Foi o último país a abolir a escravatura no século XIX. Antes, como colônia portuguesa, ficou 308 anos, sem uma publicação de Imprensa regular e constante, mediante a censura do colonizador.

Em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, fugindo da invasão napoleônica, surge a Gazeta do Rio de Janeiro, como órgão oficial. No mesmo ano, em Londres, o jornalista Hipólito José da Costa lança o Correio Brasiliense, como veículo de oposição ao colonizador português.

A Mídia impressa, sobretudo, as revistas, no Brasil, apresenta um desenvolvimento gradual a partir do século XIX. Encontra algumas dificuldades contextuais, manifestas sob o formato de uma economia dependente, escravagista e sustentada pelo analfabetismo. Para ser um empreendimento, com alto custo, e dependente de uma economia estável, a Revista é um meio um tanto tardio. A pioneira foi *As Variedades*, surgida e desaparecida, em 1812. Dedicava-se aos estudos de Literatura.



O meio granjeará consolidação, em sua singularidade discursiva no século XX. A *Kósmos* foi criada em 1904, como revista cultural. Ajudou a estabelecer um padrão editorial. O discurso jornalístico começava a se desenhar, através da importância crescente da Reportagem, como recurso de representar e procurar contextualizar a realidade.

Nas páginas de *Kósmos*, João do Rio, pseudônimo jornalístico de Paulo Barreto, foi um dos primeiros a buscar a notícia nas ruas. “Não havia, por exemplo, preocupação com a objetividade. Mas a narrativa trazia já um indispensável ingrediente do gênero, a fiel observação da realidade, além da disposição do autor de contar o Brasil aos brasileiros” (2000, p. 41).

Ao longo do século XX, dois projetos editoriais tiveram êxito e, hoje, já desapareceram. Foram a *Cruzeiro* e a *Manchete*, marcadas e demarcadas pelo estilo Magazine. Valorizavam a importância da imagem, por intermédio, sobretudo, da Fotografia. Priorizavam uma abordagem sensacionalista.

Outro conceito veio com *Realidade*, da Editora Abril Cultural. Durou uma década, de 1966 a 1976. Mesmo vivendo e convivendo com a Ditadura Militar, notabilizou-se pelo investimento na Reportagem. Adotou recursos do Novo Jornalismo, protagonizados, na época, pelos jornalistas norte-americanos Truman Capote e Gay Talease. Mesclou a objetividade jornalística com a subjetividade, própria da Literatura.

Em 1968, também, a Abril Cultural, buscou outro padrão editorial. Foi *Veja*, idealizada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, inspirada da Revista *News Week*, dos Estados Unidos. Com periodicidade semanal, configurava outra proposta. O Gênero Informativo, adequado à Reportagem, procurava ser mais brando diante da imperativa Ditadura Militar.

Victor Civita (1968, p. 20), na Carta ao Leitor, na edição inicial de *Veja*, estabeleceu uma de suas características: “Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas, praticamente, ao mesmo tempo que todos os demais



leitores do País. Pois Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”.

Os Significantes da Tragédia

A Revista Veja, de 14 de abril, com a reportagem, “Rio...”, é assinada pelos jornalistas Ronaldo França, Ronaldo Soares e Roberta de Abreu Lima. Vamos nos deter nos discursos, em seus códigos escritos, pela importância da palavra, em fixar e singularizar a informação.

A Reportagem possui um objeto específico de informação. É a tempestade, que se abateu sobre o Rio Janeiro, deixando um rastro trágico de destruição e de mortes. Caracteriza-se, com especificidade, na abordagem do fato jornalístico. A sua preocupação está envolvida em responder a uma indagação: O que aconteceu? Assim sendo, os seus discursos singularizam uma Reportagem de Fato. Após o olho (síntese, que amplia a informação do título), há um balanço numérico. Registra “219 mortos, 161 feridos, 11.562 desabrigados, 10, 3 milhões, de moradores, atingidos, e 22 municípios”.

O fato é investigado por suas causas. Há a fixação de Fatores Geográficos e de Fatores Climáticos. Ambos são sustentados pela lógica dos números. Saindo da dimensão presente, ocorre a recuperação do passado, através da “Acelerada ocupação dos morros”. O ontem e o hoje dialogam por um único vértice: os números.

Ao longo da Reportagem Fato, em suas variações entre as unidades de tempo, existe uma realidade permanente. A valorização invariante dos números. Barthes (1993) caracteriza o Mito, como uma forma de fala, que não nega a realidade, mas a torna ingênua. Usa a conotação, para legitimar o status quo.

Uma de suas manifestações é o Mito da Quantificação do Real. A realidade, em sua complexidade, é esterilizada. Fica linearizada, sendo substituída pela superficialidade numérica, como um modo imperativo de afirmar e legitimar uma produção de sentido.

Lacan (1996, p. 40-41) observa que o investimento obsessivo nos números não é gratuito. Expressa um desejo idealista:



[...] pois a Matemática, herdada dos gregos, deriva do necessário e do eterno. Figuras e números não podem ser outra coisa do que são e, ao mesmo tempo, não podem vir a ser, nem deixar de ser – sendo como são, de toda a eternidade (...) A Matemática é soberana, porque propõe o mais puro tipo de demonstração, porque os seres, de que trata (...) Chegam o mais próximo possível do eterno e do perfeito.

A busca de tal recurso é indicial. Alimenta e é alimentada por um desejo. Ambiciona desembarcar de sua condição histórica, limitada pela relatividade. Procura se investir do crachá de absoluto, condição típica dos deuses.

Assim sendo, a Reportagem de Fato se sustenta por um significante hegemônico. É o Mito da Quantificação do Real, como uma representação absolutizada, fechada em si mesma. Daí, decorre a sua deformação.

Na Cultura, como fontes de influências, conforme Barthes (s. d.), habita uma concepção filosófica. É o Positivismo, idealizada, por Augusto Comte, no século XIX, “como o verdadeiro espírito científico” (1987, p. 12).

Para a comprovação da cientificidade, Comte se inspirou na absolutização da lógica da Matemática. Procurou um modo de produção de conhecimento, próprio, para detectar as aparências, mas impróprio, para detectar as essências.

Ao se sustentar no Mito da Quantificação do Real, investido da Cultura positivista, a Revista Veja se notabiliza. Revela as aparências, para esconder as essências. Aborda uma Tragédia humana e social, como se fosse uma cobertura da Bolsa de Valores. Pauta-se por cumprir mais um triste papel em sua história jornalística.

Natureza dialógica

Ar, água, terra e fogo. Os elementos da Natureza, capazes de serem sinalizados como essenciais para as espécies vivas, podem ser vislumbrados na dialogicidade⁴, quando manipulados pela desmedida mão humana.

⁴ Princípio dialógico: vem justamente de ser ilustrado pela forma heraclitiana. Une dois princípios ou noções, devendo excluir um ao outro, mas que são indissociáveis numa mesma realidade.

[...] Sob as formas mais diversas, a dialógica entre a ordem, a desordem e a organização, através de inúmeras inter-relações, está constantemente em ação nos mundos físico, biológico e humano. A dialógica permite assumir



O produto do diálogo ruidoso entre Meio Ambiente e sociedade parece mostrar seus sinais no cotidiano. A ocupação desenfreada de encostas, cujas estruturas geológicas são capazes de revelar limitações, permite pensarmos na inconseqüente ocupação demográfica, passível de ser observada como um universo a parte, tão longe e tão perto das nossas vidas.

A aparente falta de uma visão do todo social, por parte das organizações públicas, responsáveis pelo mínimo bem estar dos cidadãos, pode demonstrar as brechas na ocultação e, até, na convivência de contextos governamentais deturpados.

Entre as amostragens recentes dessa configuração perpassamos pelo abril carioca, regado por precipitações que, decorrentes de fenômenos meteorológicos, resultaram numa das mais penosas desocupações de áreas impróprias para a construção civil.

O Morro do Bumba, cenário da tragédia nada shakespeariana, ficou sob os holofotes midiáticos, graças ao clímax caótico de perdas materiais e humanas, na vizinhança da Cidade Maravilhosa.

Protagonizando cenas de um filme de terror da vida real, os moradores da favela homônima à encosta, choravam a inconseqüência da ocupação de uma área inadequada à moradia, construída sobre um lixão desativado, mas que ainda deixa lembranças bastante presentes na retina e no olfato.

O antagonismo, aparentemente, cabível aos âmbitos municipal, estadual e federal, parecia desorientado, recorrendo ao Ser Supremo na tentativa de amenizar consciências inconseqüentes.



Entre o maniqueísmo modernista, ainda presente na configuração Pós-Moderna⁵, podemos perceber a posição dos meios de comunicação que, entre o racional e o emocional, buscavam mediar o *in loco*⁶, via imagético e verbal.

A cobertura incansável, registrada através das lentes de fotógrafos, cinegrafistas, das reportagens e dos comentários, era capaz de exprimir a essência sensacionalista dos monopólios informativos, preocupados, a priori, com a popularização de intimidades fragilizadas, trazendo, como consequência, o caráter informacional, passível de contribuir para a construção processual do Conhecimento ambiental.

A ênfase à *causa mortis*⁷ de tantos brasileiros parece desvincular ser humano e Meio Ambiente. Quando apropriada pelos meios de comunicação, a Omissão da História (BARTHES, 1993), pode colocar a Natureza como algoz, responsável por efeitos, cujas causas são provenientes das ações sociais, num caminho avesso ao traçado por Morin (1999), na explicitação do Princípio do Anel Retroativo.

Tal consideração é passível ou não de ser fruto da formatação comunicacional acerca da temática ecológica. Relegada ao plano secundário, após o término da Rio-92, limitando-se à especificidade, as questões ambientais parecem ter voltado à crista da onda com o Tsunami que, em dezembro de 2004, apagou os fogos de artifícios, típicos das comemorações de final de ano, com um paredão hídrico, capaz de destruir e causar prejuízos em algumas ilhas e em parte do continente na região do Oceano Índico.

Esse episódio, seguido, cerca de oito meses depois, do furacão Katrina, assolando a área litorânea no sul dos Estados Unidos, especialmente, a região metropolitana de Nova Orleans, puderam ser caracterizados como acionadores das sirenes de alerta ao Meio Ambiente.

Precipitações pluviométricas em excesso, acompanhadas de desequilíbrios

⁵ Quando pensamos na Pós-Modernidade, de Maffesoli (2001, p. 21-22) buscamos observá-la como “[...] a sinergia de fenômenos arcaicos e do desenvolvimento tecnológico”, onde o híbrido, a imagem e as tribos ganham destaque. Assim, a Pós-Modernidade pode indicar “[...] tudo aquilo que remete a um sentimento de pertencimento reforçado.”

⁶ Do latim, “No (próprio) lugar” (KASPARY, 2000, p. 213)

⁷ Do latim, “A causa (determinante) da morte; por causa da morte (KASPARY, 2000, p. 211)



meteorológicos, procuram explicitar o diálogo causa/consequência da díspar relação humano-ambiental.

Produtos e produtores da sociedade, conforme assinala do Princípio do Anel Recursivo, pontuado por Morin (1999), os meios de comunicação buscam espelhar a reconfiguração mundial, em que Ecologia e Meio abandonam o posto de pautas frias, requerendo seriedade ao invólucro temático.

Para tal, procuramos resgatar o caráter formacional dos comunicadores. Guiados pelo slogan *Time is Money*⁸, presente nas entrelinhas dos monopólios informativos, a produção das Reportagens, ritmadas pelos ponteiros do relógio, muitas vezes, deixa a desejar face à construção processual do Conhecimento, como menciona Morin (1999), via Princípio da Reintrodução.

Na cobertura do desastre em Niterói, pudemos perceber a superficialidade com a qual os meios de comunicação tratam de alguns tópicos relevantes, valorizando, verbal e imagetivamente, o sensacionalismo, através da Quantificação da Qualidade, ressaltada pelo Mito barthesiano (1993).

Em detrimento desse foco, trazemos à tona o acesso às informações equivocadas, acerca dos tópicos ambientais, numa colaboração ao desconhecimento, contrariando o Princípio da Reintrodução, pensado por Morin (1999).

O questionamento sobre da apropriação comunicacional, frente aos contextos, parece enfatizado diante da utilização equivocada do socioleto ambientalista, relevante aos profissionais que, possivelmente, terão que conviver com a inevitável releitura postural entre a humanidade e a Natureza.

No episódio fluminense pudemos notar que alguns meios de comunicação divulgaram as noções de lixão e de aterro sanitário como sinônimos, fazendo com que a informação, capaz de vir a produzir Conhecimento, quando em associação com as particularidades intelectuais, acabasse soando como ruído no processo comunicacional, contribuindo para a desinformação e para a equivocada repetição de padrões no escaninho ambiental.

⁸ Do inglês, tempo é dinheiro.



Logo, se lixo é passível de indicar

[...] um local onde há uma inadequada disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública.

[...] Os resíduos assim lançados acarretam problemas à saúde pública, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas, ratos etc.), geração de maus odores e, principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido de cor preta, mau cheiroso e de elevado potencial poluidor produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos (AMBIENTE BRASIL, [2009]).

Aterro sanitário é capaz de retratar

[...] um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, particularmente, lixo domiciliar que fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite a confinamento segura em termos de controle de poluição ambiental, proteção à saúde pública; ou, forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, através de confinamento em camadas cobertas com material inerte, geralmente, solo, de acordo com normas operacionais específicas, e de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais (AMBIENTE BRASIL, [2009])

Esse enfoque busca explicitar apenas a ponta de um iceberg, formado pela tríade política/sociedade/Meio Ambiente, repleta de omissões, passível de deixar escapar uma amostragem de nação regida pelos moldes de um colonialismo tardio, pelo paternalismo populista, no nicho relacional dominador/dominado, segunda Roland Barthes (1997), ao tratar do Poder .

Em ano de eleições, o pão e circo seguem em alta na terra do paralelismo social. A complexidade de ocultações, por trás da máscara do fantasioso imaginário, é capaz de demonstrar o quão difícil é tecer conjuntamente os valores universais, quando o contexto parece contribuir e incentivar a parte individualista dos valores fundamentais.

Nesse histórico, pouco desenvolvido, somos capazes de vislumbrar o complicado diálogo autônomo/dependente entre governo/veículos de comunicação/população/Meio ambiente, de acordo com o Princípio da Auto-eco-organização, sinalizado por Morin (1999).



Tal configuração, cujo objetivo ideal seria formar uma sociedade ciente e ativa no seu todo contextual, é capaz de mostrar, no plano real, a compartimentação, favorecendo a manipulação.

Diante desse quadro, os meios de comunicação podem servir como instrumentos educacionais, buscando revelar o elo partes/todo, seguindo, assim, o Princípio Hologramático, assinalado por Morin (1999), mediante o incentivo à formação dos profissionais que, em atividade, representam, num só rosto e voz, as tristes faces e os gritos de pavor de muitos brasileiros esquecidos no cotidiano, lembrado nas urnas eleitorais.



REFERÊNCIAS

1. BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
2. _____. **Aula**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
3. _____. **Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios**. Lisboa: Editora Presença, s.d..
4. COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
5. KASPARY, Adalberto J. **Português para profissionais: atuais e futuros**. 20. ed. Porto Alegre: Edita, 2000.
6. LACAN, Jacques in MILNER, Jean-Claude. **A Obra Clara – Lacan, a ciência, a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
7. MAFFESOLI, Michel. . **Sobre o nomadismo, vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
8. MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In. MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999. p. 38-83.

OUTRAS FONTES

9. AMBIENTE BRASIL. Aterro Sanitário. [S.l., 2009]. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 14 mai. 2010.
10. _____. Lixão. [S.l., 2009]. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 14 mai. 2010.
11. CIVITA, Victor. Cartão ao Leitor. Revista Veja, edição 1, ano 1, n 1, 11 de setembro de 1968, p. 20-21.
12. Revista Veja. “Rio...”, edição 2.160, ano 43, nº 15, 14 de abril de 2010, p. 69-84.